



MUNICÍPIO DE IDANHA-A-NOVA

Câmara Municipal

APROVADO

O PRESIDENTE DA CÂMARA
Eng.º Armindo Moreira Palma Jacinto

AJUSTE DIRETO

(termos da alínea d), do n.º 1 do artigo 20.º, artigo 112.º e artigo 114.º do Código de Contratos Públicos, e alterações introduzida pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto)

Caderno de Encargos para a aquisição de serviços:

**Aquisição de serviços
para Pós-produção do
registo audiovisual das
manifestações quaresmais
e pascais do concelho de
Idanha-a-Nova**

Este volume é composto por **010 folhas** devidamente numeradas



ÍNDICE

Cláusula 1.ª Objeto	3
Cláusula 2.ª Contrato	3
Cláusula 3.ª Especificações Técnicas para a aquisição de serviços	4
ENQUADRAMENTO:	4
1. LOCAL / OBJECTO:.....	4
2. QUANTIDADES:	4
3. PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO:	5
4. PAGAMENTO:	5
5. OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS:	5
6. CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS / TÉCNICAS DOS SERVIÇOS A ADQUIRIR:	5
7. DESCRIÇÃO E QUANTIDADE DOS SERVIÇOS ADQUIRIR:	6
8. ATRIBUTO NÃO NEGOCIÁVEL.....	6
9. PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, ENTREGA, CONFORMIDADE E OPERACIONALIDADE DOS BENS	6
Cláusula 4.ª Objecto do dever de sigilo.....	6
Cláusula 5.ª Preço contratual.....	7
Cláusula 6.ª Aquisição de serviços.....	7
Cláusula 7.ª Resolução / Não cumprimento do contrato	8
Cláusula 8.ª Resolução de litígios – Foro competente	8
Cláusula 9.ª Cessão da posição contratual e subcontratação	8
Cláusula 10.ª Notificações e Comunicações.....	8
Cláusula 11.ª Contagem dos prazos	9
Cláusula 12.ª Legislação aplicável	9
Cláusula 13.ª Proteção de dados e princípio da transparência.....	9
Cláusula 14.ª Revisão de Preços	10
Cláusula 15.ª Modificação objetiva do contrato	10



Cláusula 1.ª | Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal o AJUSTE DIRETO para a **Aquisição de serviços para Pós-produção do registo audiovisual das manifestações quaresmais e pascais do concelho de Idanha-a-Nova.**
2. O objeto do presente concurso é caracterizado pelo vocabulário comum dos contratos públicos (CPV) - **92111200-4 Produção de filmes e videocassetes para publicidade, propaganda e informação;**

Cláusula 2.ª | Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos;
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a. Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c. O presente Caderno de Encargos;
 - d. A proposta adjudicada;
 - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º (Ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar) do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º (Aceitação da minuta do contrato) desse mesmo diploma legal, ou seja, **dois dias subsequentes no caso dos procedimentos de AJUSTE DIRETO ou consulta prévia.**
5. **O contrato entra em vigor, a partir da data da sua celebração,** e/ou, após a respetiva publicitação, pela entidade adjudicante, no portal da Internet dedicado aos contratos públicos, Base.gov, como condição de eficácia do respetivo contrato, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos.
6. O contrato termina, quando executados todos os serviços objeto do presente contrato e aquisição de bens que lhe estão intrínsecos, se for o caso, esgotada a verba cativa para o presente procedimento, ou terminado o prazo definido para a sua execução.
7. O prazo de execução do contrato, conforme documentação do procedimento, não poderá ter uma duração máxima de contrato superior a 3 anos.



Cláusula 3.ª | Especificações Técnicas para a aquisição de serviços

O prestador de serviços, obriga-se a prestar o objeto do presente **AJUSTE DIRETO** conforme estabelecido nas descrições a seguir indicadas.

ENQUADRAMENTO:

O projeto Páscoa na Idanha, tem na vertente audiovisual a forte determinação na preservação das manifestações do Ciclo Pascal, assim, como por necessidade nos permite expandir estes registos a outras facetas deste Concelho Raiano, que tem por objetivo retratar ainda as suas tradições e o seu cotidiano, para desta forma aprofundar a relação histórica e identitária que fazem desta região Raiana um caso único no panorama cultural Português. Estes serviços de produção de registos audiovisuais, são fundamentais para memória futura das tradições do Concelho de Idanha-a-Nova e assim preservar os bons usos e costumes ancestrais dos Idanhenses.

1. LOCAL / OBJECTO:

O presente procedimento diz respeito à **Aquisição de serviços para Pós-produção do registo audiovisual das manifestações quaresmais e pascais do concelho de Idanha-a-Nova**, e será executado o objeto do presente contrato em **Idanha-a-Nova**.

2. QUANTIDADES:

O presente procedimento é constituído pela **Aquisição de serviços para Pós-produção do registo audiovisual das manifestações quaresmais e pascais do concelho de Idanha-a-Nova**, na modalidade de **CONCURSO VALOR GLOBAL**, o qual descreve sucintamente a necessidade da presente aquisição:

DESCRIÇÃO E QUANTIDADE DOS BENS / SERVIÇOS ADQUIRIR

A presente proposta é relativa ao complemento dos registos audiovisuais das manifestações quaresmais e pascais do concelho de Idanha-a-Nova, bem como de outras manifestações imateriais de natureza religiosa. A proposta contempla o registo audiovisual das manifestações supra citadas no ano de 2024, bem como a edição de vídeo de dois documentários de longa-metragem.

Formatos Master em 4K e formatos compatíveis com a plataformas de streaming online e DVD.

Duração 60 minutos.

Língua Portuguesa.

Legendagem Inglês.

Número de documentários - Dois documentários de longa-metragem



Modelo de pós-produção: De acordo com as necessidades do projecto, o modelo de produção proposto assenta nos seguintes pontos:

a) A equipa

No que diz respeito à pós-produção, a mesma será desenvolvida num estúdio de pós-produção (Estúdio Meia Laranja) especializado nas várias vertentes do processo, sendo a equipa constituída por um editor de imagem e som, um sonoplasta, um colorista e um assistente de montagem que acumulará também as funções relacionadas com a legendagem das versões master.

b) Pós-produção

A pós-produção terá início com a edição de imagem e som dos registos audiovisuais. Segue-se a mistura de som, a colorização e legendagem das versões master em Inglês. O processo ficará concluído com a finalização, e a posterior transcrição do master final para os formatos compatíveis com as plataformas digitais e em formato de DVD. Este processo será desenvolvido num estúdio de pós-produção, que concentra meios técnicos de excelência para cada área da pós-produção.

3. PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO:

Prazo de EXECUÇÃO do Contrato - **180** (cento e oitenta) **Dias**, ou seja, **6** (seis) **Meses**;

4. PAGAMENTO:

a) O pagamento será efetuado nos seguintes termos e condições:

- **40%**, com a celebração do Contrato, mas nunca antes do cumprimento com a alínea c) do presente ponto;
- **30%**, no decorrer no processo de pós-produção; e
- **30%**, na entrega dos documentários editáveis.

b) Mediante as devidas **confirmações / validações das faturas**, pelo responsável do controlo do procedimento, e designado como gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste, **Alexandre Martins Gaspar**;

c) Qualquer pagamento só será efetuado, após a respetiva publicitação, pela entidade adjudicante, no portal da Internet dedicado aos contratos públicos, **Base.gov**, como condição de eficácia do respetivo contrato, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos;

5. OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS:

As previstas no presente caderno de encargos em conjugação com o determinado no CCP e legislação conexa.

6. CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS / TÉCNICAS DOS SERVIÇOS A ADQUIRIR:

O presente procedimento é constituído pela: **Aquisição de serviços para Pós-produção do registo audiovisual das manifestações quaresmais e pascais do concelho de Idanha-**



a-Nova, nomeadamente:

a) Conforme, em TUDO descrito e quantificado no número seguinte.

7. DESCRIÇÃO E QUANTIDADE DOS SERVIÇOS ADQUIRIR:

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO
1			Aquisição de serviços para Pós-produção do registo audiovisual das manifestações quaresmais e pascais do concelho de Idanha-a-Nova , na modalidade de CONCURSO VALOR GLOBAL, de acordo com todos os serviços e fornecimento de bens móveis que lhe estão intrínsecos, caso se aplique, definidos, na Clausula 3.ª, do Caderno de Encargos, incluindo:
1.1	1,00	VALOR GLOBAL	<p>A presente proposta é relativa ao complemento dos registos audiovisuais das manifestações quaresmais e pascais do concelho de Idanha-a-Nova, bem como de outras manifestações imateriais de natureza religiosa.</p> <p>Formatos Master em 4K e formatos compatíveis com a plataformas de streaming online e DVD.</p> <p>Duração 60 minutos.</p> <p>Língua Portuguesa.</p> <p>Legendagem Inglês.</p> <p>Número de documentários - Dois documentários de longa-metragem.</p> <p>Modelo de pós-produção: De acordo com as necessidades do projecto, o modelo de produção proposto assenta nos seguintes pontos:</p> <p>a) A equipa No que diz respeito à pós-produção, a mesma será desenvolvida num estúdio de pós-produção (Estúdio Meia Laranja) especializado nas várias vertentes do processo, sendo a equipa constituída por um editor de imagem e som, um sonoplasta, um colorista e um assistente de montagem que acumulará também as funções relacionadas com a legendagem das versões master.</p> <p>b) Pós-produção A pós-produção terá início com a edição de imagem e som dos registos audiovisuais. Segue-se a mistura de som, a colorização e legendagem das versões master em Inglês. O processo ficará concluído com a finalização, e a posterior transcrição do master final para os formatos compatíveis com as plataformas digitais e em formato de DVD. Este processo será desenvolvido num estúdio de pós-produção, que concentra meios técnicos de excelência para cada área da pós-produção.</p>

8. ATRIBUTO NÃO NEGOCIÁVEL

Não se aplica.

9. PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, ENTREGA, CONFORMIDADE E OPERACIONALIDADE DOS BENS

De acordo com o definido na presente cláusula.

Cláusula 4.ª | Objecto do dever de sigilo

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Idanha-a-Nova, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.



2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objecto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado directa e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 5.ª | Preço contratual

1. Pelos serviços a adquirir, objeto do contrato e pelo cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato, o Município de Idanha-a-Nova deve pagar ao prestador de serviços a quantia total de **17.200,00€** (Dezassete Mil e duzentos Euros), excluído o IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O valor base foi definido de acordo com o orçamento apresentado, após consulta informal ao mercado efetuada pelos serviços requisitantes, com vista à recolha de estimativa orçamental para os serviços a prestar.
3. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, [incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças].
4. O preço a que se refere o n.º 1 é pago, após conferição pelo Serviço responsável e/ou requisitante.

Cláusula 6.ª | Aquisição de serviços

1. Em cumprimento do disposto, no artigo 42.º (Encargos com contratos de aquisição de serviços) da Lei n.º 82/2023 de 29 de dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para o ano de 2024, com as devidas adaptações, que:
 - a. Se excluem da sua aplicação, as autarquias locais e entidades intermunicipais, assim como as empresas públicas que tenham o plano de atividades e orçamento relativo ao ano de 2024 aprovado;
2. Ainda assim, foi autorizado o devido **FUNDAMENTO DA NECESSIDADE AQUISIÇÃO**, pelo órgão competente para a decisão de contratar, o Sr. Presidente, em **16 de outubro de 2024**, em função do valor do contrato e fundamento, para os devidos efeitos;
3. Foi também demonstrada, a impossibilidade de satisfação das necessidades por via dos recursos próprios do Município de Idanha-a-Nova, no dia **09 de maio de 2024**.
4. Devido ao presente procedimento **PODER GERAR EVENTUALMENTE COMPROMISSOS PLURIANUAIS**, foi **emitida autorização prévia para a assunção do compromisso plurianual em 20 de setembro de 2024**;



5. Em cumprimento do artigo 113.º do CCP - Escolha das entidades convidadas, **não existe inconveniente em convidar a apresentar proposta**, a entidade a consultar.

Cláusula 7.ª | Resolução / Não cumprimento do contrato

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município de Idanha-a-Nova pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso do prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, comunicada por qualquer meio escrito.

Cláusula 8.ª | Resolução de litígios - Foro competente

1. Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal Administrativo de Círculo de Castelo Branco, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 9.ª | Cessão da posição contratual e subcontratação

1. Na falta de estipulação contratual ou quando outra coisa não resultar da natureza do contrato, são admitidas a cessão da posição contratual e a subcontratação, nos termos do definido nos artigos 316.º e seguintes do CCP - CAPÍTULO VI - Cessão da posição contratual e subcontratação.

Cláusula 10.ª | Notificações e Comunicações

1. As notificações previstas no CCP devem ser efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.
2. Todas as comunicações entre a entidade adjudicante ou o júri do procedimento e os interessados, os candidatos, os concorrentes ou o adjudicatário relativo à fase de formação do contrato devem ser escritas e redigidas em português e efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.
3. Na falta de estipulação contratual, as comunicações entre o contraente público e o cocontratante relativas à fase de execução do contrato devem ser escritas e redigidas em português, podendo ser efetuadas pelos meios a que se refere o número anterior, ou por via postal, por meio de carta registada ou de carta registada com aviso de receção.
4. Para efeitos de comunicações relativas à fase de execução do contrato, as partes devem identificar no mesmo as informações de contacto dos respetivos representantes, designadamente o endereço eletrónico, o número de telecópia e o endereço postal.
5. No contrato podem as partes estipular que a validade das comunicações efetuadas por correio eletrónico fique sujeita à condição da sua utilização obedecer a requisitos suplementares.
6. As comunicações ao Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P., previstas no CCP devem ser efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de



transmissão escrita e eletrónica de dados.

Cláusula 11.ª | Contagem dos prazos

1. Os prazos previstos no contrato são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados.
2. Sem prejuízo da possibilidade de fixação de um prazo superior no programa do procedimento ou no convite, os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de **66 dias** contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. Em virtude da não fundamentação, o prazo de vigência do contrato a celebrar não pode exceder três anos, para contratos de locação ou de aquisição de bens móveis ou de aquisição de serviços.

Cláusula 12.ª | Legislação aplicável

1. O contrato é regulado pela legislação portuguesa, nomeadamente o Código dos Contratos Públicos, suas alterações e legislação conexa.

Cláusula 13.ª | Proteção de dados e princípio da transparência

1. O artigo 6.º do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados indica as situações em que o tratamento de dados é lícito, designadamente quando “o tratamento for necessário para a execução de um contrato no qual o titular dos dados é parte, ou para diligências pré-contratuais a pedido do titular de dados”, e “o tratamento for necessário para o cumprimento de uma obrigação jurídica a que o responsável pelo tratamento esteja sujeito”.
2. Sempre que sejam remetidos dados pessoais, nomeadamente em relação à equipa de trabalho proposta, os mesmos devem ser acompanhados de declaração de consentimento para o tratamento dos dados para esta finalidade, por parte dos seus titulares.
3. Nos termos da alínea v) do n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 57/2018, de 26 de fevereiro, a publicitação do contrato, é feita no Portal BASE, incluindo anexos e aditamentos, com exceção das informações que se relacionem com segredos de natureza comercial, industrial ou outra e das informações respeitantes a dados pessoais.
4. Nestes termos dispõe ainda o Código dos Contratos Públicos, a introdução de melhorias e aperfeiçoamentos ao regime vigente, bem como, a introdução de medidas de transparência e boa gestão pública. Deste modo entende-se que à formação dos contratos aplicam-se os princípios gerais da contratação pública, em especial, também o da transparência, deste modo, e sem prejuízo do disposto nos números anteriores, relativamente à aplicação do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, a todos os contratos públicos no âmbito do CCP, deverá ser aplicado o princípio da transparência, princípio este, que se sobrepõe ao ora citado RGPD.

Em súmula, previnem-se todos os concorrentes, candidatos e/ou interessados da sobreposição do PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA no âmbito do CCP (Código dos Contratos



Município de Idanha-a-Nova
Câmara Municipal

Pessoa Coletiva de Direito Público n.º: 501 121 030

Divisão Financeira e Patrimonial
Aprovisionamento

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - **PROCESSO DFP-APR ADS048-2024**

Públicos) ao RGPD (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados).

Cláusula 14.ª | Revisão de Preços

1. Durante o contrato não haverá lugar a revisão de preços.

Cláusula 15.ª | Modificação objetiva do contrato

O contrato pode ser objeto de modificação nos termos previstos no CAPÍTULO V - Modificações objetivas do contrato, no artigo 311.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos.